

**VEREADOR ADELI SELL (PT) – Comunicação de Líder:** Sr.

Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, quero agradecer ao meu colega líder, Ver. Marcelo Sgarbossa, ao Ver. Oliboni e ao Ver. Comassetto por poder, neste momento, abrir a sessão na tarde de hoje para falar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Eu trago aqui um tema que foi fruto de um debate acalorado ontem na Comissão de Constituição e Justiça – eu diria não só acalorado, mas vergonhoso.

Era a sétima reunião para tratar da Lei Geral dos Táxis, aprovada no

dia 8 de junho do ano passado, e dos vetos discutidos e derrubados em agosto – portanto, há um ano. Sobre essa lei, tinha sido prometida a regulamentação, mas a lei está em vigor, plenamente em vigor, porque não tinha *vacatio legis*, ou seja, aquele tempo para entrar em vigor e também não tinha nenhuma sinalização sobre a questão de o Poder Executivo tirar uma regulamentação, nada! A lei fala por si só. Aí era para acontecer isso até o final do ano, porque tinha a questão de pagamento de TGO, algumas licenças, era para ter o toxicológico já no ano passado. Ela entra em vigor, começa a cobrar TGO, começa a cobrar isso e aquilo, e o que acontece? A EPTC vem na reunião, em 12 de fevereiro, e diz que até o dia 31 de março haveria uma regulamentação e todas as questões estariam resolvidas, inclusive a mais importante de todas, que é o sistema autorizatório. Ontem, mais uma vez, chegam, por convocação – não foi convite, foram convocados, aprovadas por unanimidade na CCJ –, o novo secretário de infraestrutura e de mobilidade, a procuradora-geral do Município, que depois me disseram que está demissionária, o diretor e a assessoria jurídica da EPTC. Diga-se de passagem: o diretor e o assessor jurídico da EPTC sempre são cordatos, atenciosos, elogiados por todos nós e pelos taxistas. Ficou visível que a Dra. Eunice Nequete não domina o assunto, e ela deixou escapar de uma forma muito contundente que, na verdade, que está na mão do prefeito, e o prefeito mandou o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, na nossa reunião para dizer que o prefeito queria uma conversa com a imprensa, com os taxistas e com os vereadores. Aí, bom, a reunião virou uma polvorosa! Todo mundo se sentiu atacado, desprestigiado, e nós já dissemos que o prefeito não quer cumprir a Lei Geral dos Táxis. O problema está com o prefeito, só que é o seguinte: esta Casa aprovou, a lei está em vigor, nós temos quinhentos e poucos pedidos da época de permissão de uso para que as pessoas pudessem passar para familiares. Trouxeram pessoas com 80 anos que não têm

mais condições de dirigir! Aí vem a discussão, de novo, da biometria, vão discutir a biometria. Eu falei, Ver. Airto Ferronato, que está me ouvindo, está aqui na minha frente, autor da emenda: “Qualquer instrumento tecnológico...” A biometria caiu porque eu fiz uma emenda tirando a biometria. Aí querem briga! A lei foi aprovada, está em vigor. Foi aprovada a emenda Adeli e outros – digamos assim –, a emenda Ferronato, que repôs a possibilidade... A gente sabe que tem um dispositivo que não funciona para nada. Os taxistas estão gastando, gastando e gastando. Pena que não está aqui o Camozzato, neste momento, que é o autor, com o seu partido, do processo que esculhambou a questão dos aplicativos. Estou vendo o secretário da Fazenda aqui. A Prefeitura vai perder dinheiro por causa disso! Mas essa conta nós vamos cobrar do Camozzato, vereador do NOVO, que entrou com esse processo. A desregulamentação interessa para quem? Para os taxistas? Não. Para Câmara, que aprovou o projeto? Não. Para o Ferronato, que teve a emenda aprovada? Não. Para o Adeli, que teve a emenda aprovada? Não. Não interessa para ninguém. O embate começou ontem e não vai terminar bem. Não vai terminar bem! Nós fomos condescendentes, até este momento, mas acabou a lua de mel. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)